


**INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL: REALIDADE DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LÁBREA-AM**

**SCHOOL INCLUSION IN ELEMENTARY EDUCATION: THE REALITY OF A PUBLIC SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF LÁBREA-AM**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.048-019>

**Naftaly de Souza Oliveira**

Licenciada em Ciências Agrárias e Letras  
Universidade Federal do Amazonas  
E-mail: [naftallyoliver@hotmail.com](mailto:naftallyoliver@hotmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6195053615996939>

**Arquimar Barbosa de Oliveira**

Mestre em Educação Escolar  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano  
E-mail: [arquimar.oliveira@ifgoiano.edu.br](mailto:arquimar.oliveira@ifgoiano.edu.br)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0843090540230286>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2199-2876>

**Francisca da Silva Braga**

Pós-graduada em Psicopedagogia na Educação Especial  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
E-mail: [franciscadasilvabraga8@gmail.com](mailto:franciscadasilvabraga8@gmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1859630968912197>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4797-0549>

**Leandro Junior Machado**

Mestre em Ciência, Inovação e Tecnologia para Amazônia (PPGCITA)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
E-mail: [leandro.machado@ifam.edu.br](mailto:leandro.machado@ifam.edu.br)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6769146846301593>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6860-6031>

**RESUMO**

Esta pesquisa é uma investigação de campo com abordagem qualitativa realizada com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC e com os professores da Escola Municipal Presidente Vargas na cidade de Lábrea - AM visando avaliar com estão sendo incluídos os alunos com deficiência. Essa avaliação deu-se por meio da aplicação de questionários semiestruturados onde foram levantados dados referentes às deficiências desses estudantes matriculados na referida escola, questões de acessibilidade, a formação e capacitação dos professores, como se dá a presença e o acompanhamento da família no processo de inclusão. Os dados coletados resultaram algumas necessidades, que entre as principais estão, na carência

de cursos de formação continuada dos professores, além de realização de projetos que aproximem a família da escola e materiais para melhor atender esses alunos facilitando sua adaptação e aprendizado na escola.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Escola pública; Formação continuada.

### ABSTRACT

This research is a qualitative field investigation conducted with the Municipal Secretariat of Education and Culture – SEMEC and with teachers from the Presidente Vargas Municipal School in the city of Lábrea, Amazonas, aiming to evaluate how students with disabilities are being included. This evaluation was carried out through the application of semi-structured questionnaires, which collected data regarding the disabilities of these students enrolled in the school, accessibility issues, teacher training and development, and the presence and support of families in the inclusion process. The collected data revealed several needs, among which the main ones are the lack of continuing education courses for teachers, as well as the implementation of projects that bring families closer to the school and materials to better serve these students, facilitating their adaptation and learning at school.

**Keywords:** Inclusive education; Public school; Continuing education.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva foi criada para ampliar a participação de todos os estudantes na rede regular de ensino. As escolas regulares devem estar preparadas para receber os estudantes com deficiência nas classes regulares de ensino. Para isso, devem criar condições necessárias tais como, adequar a estrutura física permitindo a acessibilidade desses alunos, materiais didáticos e metodologias diferenciadas, investir na capacitação dos professores para garantir a qualidade do ensino.

Nesse sentido, essas instituições de ensino devem conhecer as demandas para melhor atender esse público. Assim, o trabalho surgiu da necessidade de verificar como se dá a inclusão de alunos deficientes nas salas regulares da Escola Presidente Vargas na cidade de Lábrea –AM.

Nesse interim, a pesquisa está inserida na área de concentração em Estudos da Linguagem e na linha de pesquisa relacionada à Linguística Aplicada sendo uma área de estudo ampla tendo como público-alvo professores regentes e cuidadores. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa, cujo objetivo é investigar como se dá a inclusão de alunos com deficiência nas salas regulares da escola Municipal Presidente Vargas no Município de Lábrea.

Vale frisar que este trabalho foi desenvolvido com base na consulta algumas obras que tratam, da educação inclusiva. Os autores escolhidos fundamentaram a pesquisa foram: Carvalho (2009), e Gualberto

e Pires (2011) entre outros que referenciam a educação inclusiva e possuem a mesma importância, e ainda foi utilizada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que também ampara a educação inclusiva.

Assim sendo, para a coleta de dados foram elaborados três questionários semiestruturados aplicados aos professores da Escola Presidente Vargas e ao Responsável pela Educação Inclusiva na SEMEC, visando observar os tipos de deficiência dos alunos da escola Municipal Presidente Vargas, bem como verificar a formação docente para atender esse público, a acessibilidade e a participação da família no processo de ensino aprendizagem.

O município Amazonense, cujo a pesquisa foi feita, possui distância aproximada de 800 km da capital Manaus. Este município, localizado ao sul do Amazonas, pertencente à microrregião do Purus, sendo o sétimo em extensão do estado do Amazonas. Segundo os dados do IBGE (2016), o município tem uma área de 6.7259 km<sup>2</sup>, possuindo uma população de pouco mais de 44 mil habitantes. Tendo a pesca como principal fonte de renda e sustento da população e uma densa agropecuária, o município é o 36º maior PIB (Produto Interno Bruto) agropecuário do Brasil.

## **2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO**

A educação inclusiva foi criada para ampliar a participação de todos os estudantes na rede regular de ensino. Para chegar a esse tipo de educação foi percorrido um longo caminho passando por quatro fases distintas: exclusão, separação ou segregação, integração e inclusão (Gualberto e Pires, 2011, p.2).

A *fase de exclusão* é marcada pelo abandono e descaso onde as pessoas com deficiência acabavam sendo abandonadas, perseguidas e até mesmo sacrificadas. Na Grécia antiga, em Roma, as crianças com deficiências eram retiradas de seus familiares e eram jogadas ainda vivas dentro dos rios em Esparta, as crianças com deficiências eram levadas para as montanhas e isoladas da sociedade (Carvalho, 2009). Nesse período, as famílias escondiam as crianças com deficiências para não serem discriminadas e protegê-las da sociedade que não aceitava as deficiências.

A segunda fase, conhecida como *fase da separação ou segregação* surge no início do século XIX com uma nova perspectiva, onde a sociedade é responsável por proteger Pessoas com Deficiências - PcD. Devido diversas discussões nas universidades houve uma mudança na forma de enxergar PcD, surge nesse período a Educação Especial (Amaral, 2001).

De acordo com Nascimento (2014), a partir da década de 1970 começaram as reivindicações principalmente por pais de estudantes deficientes e profissionais da Educação Especial reivindicaram a inserção desses alunos nas escolas regulares. Nesse período segundo o autor, foi marcado por importantes mudanças na Educação Especial, surge aí a terceira fase da educação inclusiva, a *integração*.

Apesar dos avanços, a Educação Especial funcionava como um serviço à parte, paralelo com métodos e profissionais próprios. Começaram aí a discutir um novo modelo, a *Educação Inclusiva*. A

Educação Inclusiva, surge a partir da década de 90 onde houve várias mudanças na política educacional mundial.

Segundo o Parecer do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 17/2001 diz que:

Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (Brasil, 2001, p. 8).

Esse novo modelo de educação, a criança é incluída na rede regular de ensino desde o início da escolarização. Nesse olhar, a educação inclusiva as pessoas com diferentes características e habilidades devem ser acolhidas com naturalidade na escola regular e também na sociedade de uma maneira geral (Carvalho, 2009, p. 20).

### **3 GARANTIAS DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS REGULARES NO BRASIL**

A educação inclusiva é de suma importância na vida de crianças, jovens e adultos especiais, visto que permite a participação desses alunos em sala regular de ensino. As escolas da rede Pública requerem preparo para receber estudantes que possuem deficiência em classes regulares, no sentido de proporcionar ensino de qualidade e acessibilidade, de forma que esses alunos possam permanecer na escola.

Mediante, a reformulação da Constituição Federal de 1988 houve um grande progresso na educação de alunos deficientes, inclusive em seus artigos 205 e 206, explana que a educação é direito de todos independente de raça, gênero, cor ou características físicas, onde o ensino deve ser ministrado no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988). Em vista disso, todos os indivíduos passam a ter direito de receber educação de qualidade, isso inclui os deficientes em diversos níveis de ensino.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei n. 9394 de 1996 traz no capítulo 5, uma seção toda a respeito da educação inclusiva no qual garante a matrícula de alunos com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. Deste modo, as instituições de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades (Brasil, 2008, p 8). Mediante o exposto, destaca-se que tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a LDB 9394/96, amparam PcD.

A educação inclusiva foi criada para ampliar a participação de todos os estudantes na rede regular de ensino. Para assegurar o direito destes alunos nas escolas regulares foi criada a Política Nacional de

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva por meio do Decreto nº 3.298 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei n. 7.853/89 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

Em 2001, a Resolução CNE/CEB n. 2 de setembro de 2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização.

A Lei nº 10.436 de abril de 2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determina também a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. Em setembro do mesmo ano, a Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa.

Em 2003, é implementado pelo Ministério da Educação o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade. Em 2009, a Resolução CNE/CEB n. 4 de outubro de 2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Em 2010, a Lei nº 10.098, de dezembro de 2000, conhecida como a Lei da Acessibilidade, garante a *proteção e integração social de PcD, estabelecendo* normas gerais e critérios básicos para a promoção de acesso as PcD ou com mobilidade reduzida, conseqüentemente, os prédios públicos tiveram que adaptar-se para proporcionar uma estrutura mais acessível, com a construção de rampas, portas largas, banheiros adaptados, entre outras adaptações. Para garantir a qualidade da educação, devendo oportunizar condições necessárias para o atendimento dos estudantes com deficiência, investir tanto em estruturas física, pedagógica e formação de professores como está previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Posteriormente, a Lei nº 12.764, de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhecendo a pessoa com autismo como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e assegurando seu direito à educação e à inclusão em classes regulares de ensino.

Outro importante avanço ocorreu com a promulgação da Lei nº 13.146, de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto

da Pessoa com Deficiência. Essa legislação reforça o direito à igualdade de oportunidades, à acessibilidade e ao atendimento educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, proibindo qualquer forma de discriminação e assegurando condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência na escola regular.

Mais recentemente, o Decreto nº 12.686, de 2025, instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, fortalecendo as ações voltadas à garantia da inclusão escolar no país. O decreto reafirma o compromisso dos sistemas de ensino com a promoção de práticas pedagógicas inclusivas, formação continuada de professores, acessibilidade e permanência dos estudantes público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular.

Sabe-se que o investimento na capacitação de docentes para atender alunos da educação inclusiva é indispensável, em virtude de possibilitar a garantia da qualidade do ensino e a permanência desses estudantes na escola. Ainda assim, a realidade muitas vezes mostra-se contrária, uma vez que algumas instituições não cumprem integralmente o que está previsto na legislação, especialmente no que se refere à formação continuada de professores.

Nesse contexto, é de suma importância destacar que, além dos professores e da equipe pedagógica, o papel da família é fundamental no processo de aprendizagem do aluno, principalmente daqueles que fazem parte da educação inclusiva, pois a ausência de acompanhamento familiar pode afetar diretamente o desempenho escolar, gerando consequências, muitas vezes, irreversíveis na trajetória educacional do estudante.

A discussão acerca da educação inclusiva permanece atual e necessária no contexto educacional brasileiro. Estudos recentes evidenciam que, apesar dos avanços legais e das políticas públicas voltadas à inclusão, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, acessibilidade e garantia da aprendizagem dos estudantes com deficiência nas escolas regulares (Holanda; Pereira; Ferreira, 2021; Pletsch; Souza, 2023; Reis; Coutinho, 2025).

Pesquisas desenvolvidas nos últimos anos destacam que a efetivação da inclusão escolar depende não apenas do acesso do estudante à escola, mas também da criação de condições pedagógicas, estruturais e sociais que assegurem sua participação ativa no processo educativo (Mantoan, 2021; Santos; Capellini, 2021; Ozaki; Lob, 2024). Nesse sentido, a formação continuada de professores tem sido apontada como um dos principais fatores para a consolidação de práticas inclusivas no ambiente escolar.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Desde já, nessa seção serão apresentados os resultados da pesquisa e fazer uma reflexão sobre a educação inclusiva nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Lábrea –AM com foco na Escala Municipal Presidente Vargas.

#### 4.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NA CIDADE DE LÁBREA-AM

Em primeiro lugar, as escolas municipais da cidade Lábrea ofertam em sua rede regular a primeira e a segunda fase do Ensino Fundamental conforme demanda a LDB/96. O município possui 10 escolas municipais na rede regular de ensino na zona urbana. Dessas, 7 escolas ofertam a primeira fase do Ensino Fundamental e 3 escolas que oferecem a Segunda Fase do Ensino Fundamental. Na zona rural de acordo com dados obtidos através da SEMEC, no ano de 2025 existiam 74 escolas rurais, sendo 48 indígenas com um total de 3.261 alunos. Estas são construídas de madeiras no estilo palafitas com cobertura de alumínio.

Neste ano foram matriculados 4.380 na zona urbana da cidade, desse universo de matrículas 210 eram estudantes com deficiência, isso representa aproximadamente 4,8% dos estudantes matriculados, de acordo com a SEMEC as escolas ainda não passaram os dados do no atual sobre o quantitativo de alunos.

Diante do exposto, é importante lembrar que a análise de como ocorre à efetivação em sala de aula dos alunos com deficiência é um dos focos deste trabalho. No artigo 6º da resolução CNE/CEB Nº 2/2001 diz que:

Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;

III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário (Brasil, 2001)

Quanto a questão 7, que busca saber como é constituída a equipe que faz o diagnóstico prévio, a SEMEC informou que, a coordenação é constituída por uma Assistente Social, uma Fonoaudióloga, uma Psicóloga, um Terapeuta Ocupacional. É importante ressaltar que, essa equipe, também realiza palestras socioeducativas para os alunos em geral, bem como visitas domiciliares, assistência e triagens com os alunos, onde são avaliados aspectos pedagógicos, comportamentais, psicológicos, familiares e psicomotores. e de acordo com a necessidade apresentada são encaminhados para a sala de recurso multifuncional.

Além disso, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, disponibiliza um cuidador para o atendimento individual, porém isso só se torna possível quando este aluno comprova por meio de laudo médico sua deficiência, testando que aquele indivíduo precisa ser acompanhado não apenas pelo professor regente, mas necessita de cuidador, em casos a parte de alunos com deficiência motora, por exemplo, não necessariamente este precisa de laudo para ser acompanhado por um cuidador, pois sua necessidade é nítida.

De acordo a questão 8, do questionário 1, a SEMEC respondeu que não oferece formação continuada ou capacitação dos professores em educação inclusiva, segundo os professores da Escola Municipal Presidente Vargas no ano neste ano ocorreu uma palestra sobre educação inclusiva e todos na rede municipal urbana foram convocados, porém capacitação os cursos relacionados à inclusão não houveram.

No que concerne, à acessibilidade das escolas urbanas da rede municipal de ensino, apesar de todas as escolas passarem por reforma desde o ano 2000, quando entrou em vigor a Lei da Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000), ainda sim é possível observar vários problemas de acessibilidade como: portas de salas e banheiros estreitas, banheiros sem adaptação para receber cadeirantes, falta de rampa de acesso em algumas escolas e falta de veículos adaptados para transportar esses estudantes.

Esses dados encontrados corroboram com os achados em outros trabalhos os quais apontam que muitas escolas públicas ainda enfrentam limitações relacionadas à infraestrutura, recursos pedagógicos e apoio institucional, dificultando a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade Oliveira; Lima, (2024); Reis; Coutinho, (2025); Massaroni et al., (2025). Dessa forma, percebe-se que os desafios identificados refletem uma realidade presente em diferentes contextos educacionais brasileiros.

#### 4.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE VARGAS

Muito se discute sobre a importância da educação inclusiva, essa pesquisa tem como foco principal essa temática precisamente na Escola Municipal Presidente Vargas. Essa escola oferta a primeira fase do fundamental e concentra o maior número de alunos com deficiência no município, uma vez que é considerada a única escola da rede municipal que possui mais adaptação e facilita a acessibilidade desses alunos, comparada as demais escolas.

A escola pesquisada, possui no seu quadro docente 33 profissionais de apoio escolar e 2 professores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). O profissional de apoio escolar é essencial para a inclusão de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou mobilidade reduzida. Seu papel é auxiliar nas necessidades básicas de alimentação, higiene e locomoção (Brasil, 2015). É importante ressaltar que este profissional, não substitui o professor. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade. Ele é complementar ou suplementar ao ensino regular, visando eliminar barreiras e garantir a plena participação e autonomia dos estudantes nas escolas

Atualmente, atende alunos com deficiência, esses são incluídos em salas regulares juntamente com os demais alunos, ou seja, frequentam a rede regular em um período e no outro são atendidos na sala de AEE. O quadro 01, mostra uma distribuição espacial de alunos matriculados no primeiro semestre na escola pesquisada no ano de 2026.

**Quadro 01: Número de alunos matriculados no primeiro semestre na Escola Municipal Presidente Vargas em 2026**

<b>Nº de alunos (sem deficiência)</b>	<b>Nº Alunos (com Deficiência)</b>	<b>Total de alunos matriculados</b>
<b>400</b>	<b>74</b>	<b>474</b>

Fonte: Escola Municipal Presidente Vargas - 2026.

Diante do quadro exposto, pode-se verificar, que a escola possui aproximadamente 15,61% de estudantes da educação inclusiva matriculados na rede regular de ensino no ano de 2026. A relação dos estudantes com deficiência está distribuída no quadro 2 abaixo, dividida por tipo.

**Quadro 02: Número de estudantes com deficiência matriculados na Escola Municipal Presidente Vargas em 2026**

<b>Motora</b>	<b>Autismo</b>	<b>TDAH + TOD</b>	<b>Cognitiva</b>	<b>Múltiplas</b>
<b>0</b>	<b>31</b>	<b>9</b>	<b>33</b>	<b>1</b>
<b>Total 74</b>				

Fonte: Escola Municipal Presidente Vargas - 2026.

De acordo com dados do quadro 2, são totalizados 74 alunos com deficiência, contudo há quatro estudantes que ainda não apresentou laudo médico, mas já está sendo investigado, os demais alunos apresentaram laudo, mas a própria escola faz essa identificação juntamente com os professores, objetivando disponibilizar a esses alunos maior grau de atenção. Observam-se nos dados que o número de alunos com deficiência cognitiva é de aproximadamente 44%, é quase a metade de todas as outras deficiências juntas. Reis e Ross (2008), Bortolozzo; Cantini; Alcantara (2010) destacam em seus trabalhos que os estudantes com deficiência intelectual são o maior grupo entre as deficiências atendidas nas escolas especiais e nas redes regulares de ensino.

Esse número pode ser ainda maior, uma vez que muitos alunos ainda não possuem laudo médico. Os professores informaram que existem muitas crianças que apresentam sinais de distúrbios cognitivos, porém estas não são acompanhadas por um professor de apoio ou cuidador devido não ter um laudo médico atestando alguma deficiência. Sabe-se que, para conseguir esse laudo não é uma tarefa fácil, uma vez que é um procedimento muito burocrático, algumas crianças com indícios de deficiência intelectual são encaminhadas para a capital do Estado, pois o município não possui especialidade, para serem atendidas por médicos psiquiatras e realizar exames que comprovem ou não a deficiência.

Outra dificuldade observada na pesquisa é que muitos pais não aceitam a ideia de que o filho possui algum tipo de distúrbio. É difícil para a família o impacto da notícia do nascimento de uma criança deficiente, pois geralmente estas nunca estão preparadas para receber e aceitar essa ideia.

O atendimento dos alunos com deficiência é realizado de forma direta, ou seja, dentro das salas regulares de ensino. Para atender os alunos inclusivos há uma orientação da SEMEC para que o professor regente planeje suas aulas em parceria com o professor de cuidador.

O profissional de apoio escolar acompanha apenas um aluno com deficiência dentro da sala de aula regular, nesse caso, fica todo o período disponível para atender somente um aluno, ou seja, aquele diagnosticado através de um laudo médico. Os alunos que são acompanhados por esse profissional são os estudantes que possuem: TEA, deficiências múltiplas, TDAH + TOD. Os alunos que apresenta dificuldades de aprendizado e que não tem laudo médico também são atendidos no contraturno na sala de AEE. A necessidade de um profissional de apoio não é definida apenas pelo laudo médico, mas por uma avaliação pedagógica sobre a funcionalidade do aluno no ambiente escolar

Logo, para garantir o aprendizado do educando, os professores cuidadores utilizam estratégias diferenciadas de ensino para atendê-los, a principal delas é o uso de material impresso, além de planos adaptados de acordo com a necessidade de cada um, em cima do plano diário do professor regente, além disso, é realizado um acompanhamento no contraturno na sala de AEE.

Contudo, os principais recursos didáticos utilizados para atender esse público da educação inclusiva são materiais impressos, jogos lúdicos, apostilas, jogos, livro didático, alfabeto móvel, material de encaixar, material impresso, quebra cabeça, material lúdico e livros de contos infantil, também é utilizado computadores com jogos e *softwares* voltados para o público infantil. Logo, a sala de recursos é utilizada para a execução de aulas com metodologias diferenciadas para atender as necessidades de cada estudante.

A avaliação sobre a formação e capacitação dos professores são uns dos focos principais da pesquisa, sendo dos pré-requisitos da escola inclusiva. A maioria dos docentes da escola pesquisada possuem formação superior (22 professores) e apenas dois professores estão cursando graduação. No que se refere à pós-graduação voltada para área da inclusão, que 4 docentes possuem especialização: 01 na área de Psicopedagogia, 01 em Atendimento educacional especializado-AEE, 01 em AEE e LIBRAS.

Apesar de a SEMEC não ofertar formação continuada voltada para a área de inclusão, 11 professores regentes (74% dos professores regentes) e apenas um terço dos professores cuidadores (3 professores cuidadores) já fizeram cursos voltados para a área da Educação Inclusiva. Fica evidente que os dados encontrados não estão de acordo com o que diz o artigo 59 da Lei 9394/96 diz que o apoio prestado deverá ser realizado preferencialmente por um professor de apoio ou cuidador especializado na área da Educação Especial, o que na prática não acontece na escola pesquisada.

No tocante aos dados obtidos, observa-se que tanto os professores cuidador, não possuem formação adequada para atender os alunos com deficiência, sendo essa uma das pautas mais discutidas durante a pesquisa e o que causa angústia nos professores entrevistados, segundo eles é muito difícil saber como lidar

com crianças especiais sem tem capacitação. Eles sentem o desejo de participar de cursos para capacitá-los, voltado para a educação inclusiva.

As maiores dificuldades para atender os educandos da inclusão segundo 16 dos entrevistados (67%) é justamente a falta de formação voltada para atender a educação inclusiva, uma vez que saber agir de acordo com a necessidade especial sem capacitação é difícil.

Os resultados encontrados nesta pesquisa corroboram estudos recentes sobre educação inclusiva no Brasil, os quais evidenciam que a ausência de formação continuada compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e gera insegurança nos docentes no atendimento aos estudantes com deficiência Oliveira; Lima, (2024); Reis; Coutinho, (2025).

A presença da família é outro fator preocupante na inclusão de crianças com deficiência, muito professores citaram o acompanhamento da família como uma estratégia para melhorar o ensino dos alunos da educação inclusiva e evidenciaram que essa é uma das dificuldades encontradas por eles, pois estes acreditam que a família é essencial e indispensável para a efetivação do ensino, sendo ela peça fundamental no sucesso escolar.

Os achados desta pesquisa apresentam importantes implicações educacionais, especialmente no que se refere à necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão escolar. Os resultados evidenciam a importância de investimentos em formação continuada para professores regentes e cuidadores, ampliação de recursos didáticos adaptados e melhoria das condições de acessibilidade nas escolas públicas. Além disso, destaca-se a relevância da participação da família no acompanhamento do estudante com deficiência, contribuindo para o desenvolvimento educacional e social desses alunos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Verifica-se que as escolas da rede municipal de educação da cidade de Lábrea enfrentam dificuldades reais para a efetivação da inclusão de alunos com deficiência, no ensino regular. Durante a pesquisa foram evidenciados desafios na acessibilidade das escolas, na formação docente e envolvimento da família.

Apesar de algumas escolas passarem por reforma, anda assim foi é possível observar vários problemas de acessibilidade como: portas de salas e banheiros estreitas, banheiros sem adaptação para receber cadeirantes, falta de rampa de acesso em algumas escolas e falta de veículos adaptados para transportar esses estudantes.

Outro desafio enfrentado para efetivação da educação inclusiva está na formação docente. A maioria dos pesquisados não possuem formação voltada para atender os alunos da educação inclusiva, outro fator a maioria dos professores da escola são contrato temporário, isso dificulta ainda mais a formação continuada.

A SEMEC não oferece cursos de capacitação para os professores em educação inclusiva, logo se torna extremamente necessário rever essa questão para que assim haja transformação real das práticas docentes e conseqüentemente efetivação do ensino. Dessa forma, a SEMEC juntamente com a Prefeitura Municipal de Lábrea, poderia se empenhar em oferecer cursos de capacitação para os docentes da rede municipal, trazendo profissionais até o município para oferecer cursos voltados para inclusão. Outra necessidade é construir uma relação de parceria baseada na cooperação, através de projetos que aproximem professor e a família além da disponibilidade de materiais didáticos para melhor atender os alunos na sala de recursos, e garantir a acessibilidade disponibilizando transporte público para os atendimentos dos cadeirantes. Desta forma, diante dos resultados obtidos, recomenda-se:

- a) a oferta contínua de cursos de formação e capacitação para professores regentes e cuidadores voltados à educação inclusiva;
- b) a ampliação de investimentos em acessibilidade física e pedagógica nas escolas da rede municipal;
- c) a disponibilização de materiais didáticos e recursos pedagógicos adaptados para o atendimento dos estudantes com deficiência;
- d) o fortalecimento da parceria entre escola e família, por meio de projetos e ações que incentivem maior participação familiar no processo educativo;
- e) a ampliação das políticas públicas de apoio à inclusão escolar, visando garantir melhores condições de ensino e aprendizagem aos estudantes com deficiência.

## REFERÊNCIAS

BORTOLOZZO, Ana Rita Serenato; CANTINI, Marcos César; ALCANTARA, Paulo Roberto. **O uso das Tics nas necessidades educacionais especiais (uma pesquisa no estado do paraná)**. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/Pedagogia/anarita.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/anarita.pdf)> Acessado em 10 de abril de 2026.

BRASIL, Lei n  10.098/2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promo o da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade**. 2000.

Brasil. Resolu o CNE/ CEB N  17/200, RHODEN, Kuno Paulo; GOUVEA, F. S ylvia. **Diretrizes Nacionais para a Educa o Especial na Educa o Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educa o. Lei de Diretrizes e Bases da Educa o Nacional. **LDB 9.394**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educa o. Secretaria de Educa o Especial. **Decreto n  3.298**. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educa o. Secretaria de Educa o Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educa o Especial na Educa o Básica**. Brasília: MEC/SEESP, Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação-Secretaria de Educação Especial. **Política Educacional na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa incluir**. Disponível em: <  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com_content&view=article)>  
Acessado em 10 de maio de 2026.

BRASIL. Constituição de 1988. **Texto constitucional de 05 de outubro de 1988 com as alterações abordadas pela Emendas Constitucionais n 1/1992 a 30/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão n 1 a 6/2004**. Ed, atual. Brasília: Senado Federal, 2000

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

CARVALHO, Maria Celeste Neves de. **Professores de apoio educativo**. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação Área de especialização: teoria e desenvolvimento curricular Mediação em educação. Universidade de Lisboa Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – 2009.

GUALBERTO Lucirene Ferreira Santana; PIRES, Edna Misseno; **Aplicação de braille no ensino da Biologia**. Brasil: Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -UFG - Especialização em tecnologiuas Aplicadas ao ensino de Biologia . Goiânia; FUNAPE:UFG/Ciar, 2011 .V.III .p.161-195

HOLANDA, G. de S.; PEREIRA, M. A. M.; FERREIRA, S. C. M. **Inclusão escolar de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: um desafio para a gestão da escola pública**. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 34, p. e30/1–23, 2021. DOI: 10.5902/1984686X64202.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: princípios e práticas para uma educação democrática**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. 4, p. 45-60, 2021.

MASSARONI, B. S. et al. **Desafios e possibilidades da inclusão escolar no contexto da educação contemporânea**. Revista Foco, v. 18, n. 10, e10104, p. 1-14, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n10-08

OLIVEIRA, J. A.; LIMA, F. C. **Desafios contemporâneos da inclusão escolar: práticas e resistências**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 19, n. 2, p. 44-63, 2024

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F.de. **Formação de professores e educação inclusiva no Brasil**. Educação & Sociedade, v. 44, 2023.

REIS, M. R.; COUTINHO, D. J. G. **Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 2386–2405, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i1.17980.

REIS, Rosângela Leonel dos; ROSS, Paulo Ricardo. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular**. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf>> Acessado em 10 de abril de 2026.

SANTO, O. H.; RODRIGUES DE BARROS LOBO, R. Desafios encontrados para acessibilidade e inclusão na educação. *Revista Ciência em Evidência*, [S. l.], v. 4, n. FC, p. e023007, 2023. DOI: 10.47734/rce.v4iFC.2372. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/cienciaevidencia/article/view/2372>. Acesso em: 16 de maio de 2026.

SANTOS, C. E.M. dos .; CAPELLINI, V. L. M. F. . **Inclusão escolar e infraestrutura física de escolas de ensino fundamental**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 51, p. e07167, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7167>. Acesso em: 16 de maio de 2026.